



Ata da sessão ordinária de Assembleia Municipal realizada a 28 de fevereiro de 2025

Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e cinco, pelas vinte e uma horas, reuniu em sessão ordinária no Auditório da Biblioteca Almeida Faria, em Montemor-o-Novo, a Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo, convocada pela sua Presidente, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

- 1º. Ponto -----
- a) Mapas de Demonstração de Desempenho Orçamental e de Fluxos de Caixa -----
- b) 1ª Alteração Modificativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano de 2025 (Revisão Orçamental de inserção do Saldo de Gerência) -----
- 2º. Ponto – Proposta de Regimento do Conselho Municipal de Saúde de Montemor-o-Novo -----
- 3º. Ponto – Proposta de Declaração de Interesse Público Municipal – Etar do Ciborro ---
- 4º. Ponto – Joaquim Manuel – Certidão de Destaque – Doação de parcela de terreno para domínio público em Silveiras - União de Freguesias de Nª. Sra. da Vila, Nª. Sra. do Bispo e Silveiras -----
- 5º. Ponto - Relatório semestral do Município de Montemor-o-Novo - informação económico financeira - Revisor de Contas (para conhecimento) -----
- 6º. Ponto – Declaração de Pagamentos em atraso – Ano 2024 (para conhecimento) ----
- 7º. Ponto - Declaração de recebimentos em atraso – Ano 2024 (para conhecimento) ---
- 8º. Ponto – Declaração de Compromissos Plurianuais – Ano 2024 (para conhecimento)
- 9º. Ponto – Proposta de Contrato Interadministrativo entre o Município de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nª. Sra. da Vila; Nª. Sra. do Bispo e Silveiras - Requalificação do Parque Infantil da Escola Básica de S. João de Deus
- 10º. Ponto – Proposta de Contrato Interadministrativo entre o Município de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia de Foros de Vale de Figueira - Requalificação do Parque Infantil da Escola Básica de Foros de Vale de Figueira -----
- 11º. Ponto – Proposta de Contrato Interadministrativo entre o Município de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre - Requalificação do espaço de jogo e recreio de Cortiçadas de Lavre -----
- 12º. Ponto – Proposta de Contrato Interadministrativo entre o Município de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre - Substituição da porta da Escola Básica de Lavre -----
- 13º. Ponto – Proposta de Contrato Interadministrativo entre o Município de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nª. Sra. da Vila, Nª. Sra. do Bispo e Silveiras - Aquisição de equipamentos para climatização das salas do quadro de segurança, informática e bastidor do Centro de Saúde de Montemor-o-Novo -----

14º. Ponto – Proposta de Contrato Interadministrativo entre o Município de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia do Cíborro – Melhoramento na drenagem de águas pluviais na Rua da Azinhaga do Cortiço, no Cíborro -----

15º. Ponto - Proposta de pagamento de Transportes Escolares – Ano Letivo 2024-25 (1º Período) / Junta de Freguesia de Cabrela -----

16º. Ponto - Proposta de pagamento de Refeições Escolares – Ano Letivo 2023-24 (3º Período) + Ano Letivo 2024-25 (1º Período) / União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras -----

17º Ponto - Informação da Atividade da Câmara Municipal -----

Procedeu-se de seguida à chamada, verificando-se as seguintes presenças:-----

Ana Salgueiro Caetano em substituição de Luis Filipe da Silva Machado, António José Monteiro, Carla Sofia Godinho Pereira, Carmen de Jesus Geraldo Carvalheira, Elisabete Cristina Cebola Martins, Elisabete Páscoa em substituição de António Joaquim da Silva Danado, Guilherme Tomás de Almeida Franco, Helder Manuel Caetano Linguica, Hortênsia dos Anjos Chegado Menino, Jacinto Carlos Alves Delca, Jaime Manuel Pinto de Oliveira, João António Caetano da Veiga, Joaquim Alberto Vidigal Galvão, Joel José Pequito Pedreirinho, José Manuel Salsinha Geraldo, José Maria Barroso Fernandes, Lara Coxixo em substituição de Maria de Fátima Breia, Maria da Conceição Pereira Carneiro, Márcio Rafael Torrinha Veríssimo, Nélia do Carmo Regouga Campino, Nuno Rato, Paula Cristina Martins Pinto, Paula Cristina Pinto Martins, Rui Fernando Benavente Páscoa, Sara Isabela Rebocho Bravo, Susana do Carmo Cortiçadas Picanço, Vasco Manuel Picaró, Vitor Carrasco em substituição de Ana Cristina dos Santos Silva, registando-se vinte e oito presenças. -----

Estiveram ainda presentes o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Olímpio Manuel Vidigal Galvão, a Senhora Vereadora Paula Bilro e os Senhores Vereadores António Xavier, António Pinetra, Henrique Lopes e Gil Porto. Não participou nesta sessão a Senhora Vereadora Silvia Santos, por motivos de doença. -----

Tomou a palavra a Senhora Presidente da Assembleia Municipal informando que, por motivo de greve dos funcionários, a presente sessão não iria ser transmitida, via streaming, apenas seria gravada para conhecimento posterior. -----

Retomando de novo a palavra a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou à apreciação a proposta de ata da sessão ordinária realizada no dia vinte e sete de setembro de dois mil e vinte quatro, sendo aprovada por unanimidade. -----

Ainda no uso da palavra, a Senhora Presidente da Assembleia informou que ia dar início ao período antes da ordem dia. -----

Pediu a palavra a eleita Susana Picanço referindo que tem assistido às reuniões de Câmara e gostaria de solicitar esclarecimentos sobre o facto de a Câmara Municipal ter perdido cerca de 2,4 milhões de euros, em relação às obras do Convento da Saudação e que para além disso cerca de 3,5 milhões de euros do financiamento estão dependentes da revisão do projeto, do lançamento do concurso internacional, da consignação, da faturação e do pagamento até 30 de março de 2026. Questionou ainda o Senhor Presidente da Câmara se considera realista o cronograma que apresentou, para não se vir a perder o financiamento em questão. Continuando a sua intervenção frisou que considera preocupante não existir um espaço alternativo, ao Cineteatro Curvo Semedo, o qual estava a ser preparado pelo anterior executivo, no entanto o atual não considerou. Na sua opinião, revelou-se agora ser uma questão prioritária

uma vez que a sala principal se encontra encerrada. Da sua análise da conta de gerência, a eleita referiu que, mais uma vez, esta alternativa não foi contemplada. ----- Para resposta às questões colocadas, o Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que o concurso da obra do Convento da Saudação foi lançado no seu devido tempo, tendo havido quase duas dezenas de empresas interessadas, mas apenas uma empresa concorreu. Posteriormente, o Município teve conhecimento de que essa empresa tinha entrado em incumprimento, há menos de três anos, com um Município alentejano e por essa questão não pode ser considerada uma concorrente válida. Assim sendo, o concurso no valor de cem mil euros acrescidos de iva acabou por ficar deserto. Explicou ainda que os prazos PRR, são curtos, até março de 2026 e atendendo a isso, foi solicitada, com alguma brevidade, uma reunião com o Dr. João Soalheiro, Presidente do Património Cultural, Instituto Público. Na sequência da referida reunião foi adotada a solução proposta pelo Senhor Presidente do Instituto, de avançar com uma intervenção no sentido de dar vida ao Convento da Saudação, através do lançamento de um concurso no valor de 3 milhões e quinhentos mil euros, com financiamento a 100%. Frisou que o projeto era financiado por 5.900.000 euros e que este novo projeto será financiado a 3.500.000 euros. Neste momento a equipa do arquiteto Viseu Coelho, em Lisboa, já se encontra a trabalhar nesse novo projeto para posterior envio à Câmara Municipal para discussão e lançamento do concurso, com a brevidade possível. Considera que até março será possível lançar o concurso de 3 milhões e meio, financiada a 100% pelo PRR, com prazo de execução até março de 2026. Após esta intervenção, será possível receber no Convento o Centro de Artes com residências artísticas a funcionar, assim como alguns serviços municipais. Finalizou dizendo que acredita no cronograma e na execução da obra até 2026. -----

Quanto ao espaço alternativo ao Cineteatro Curvo Semedo previsto pela anterior gestão, disse não ter conhecimento, tal como a restante vereação com pelouros. ----- Voltou a intervir a eleita Susana Picanço afirmando que estava a ser preparado/ pensado um espaço alternativo, construído de raiz, de menor dimensão, para fazer espetáculos mais pequenos e sessões de cinema, mas que ainda não tinha projeto, nem localização. Com a situação atual da sala verificou-se ser uma necessidade a existência de um espaço alternativo ao Cineteatro. -----

Interveio de seguida o eleito Joel Pedreirinho referindo que, na sequência da intervenção da eleita Susana Picanço, também não tinha conhecimento de nenhum estudo ou projeto que estivesse a ser preparado para ser uma alternativa ao Cineteatro Curvo Semedo. Na sua opinião, era algo que deveria existir, situação já referida pelos eleitos do PSD, que poderia ser um auditório ou outra alternativa de menor capacidade. Acrescentou ainda que, pelo que teve conhecimento, apenas aconteceu uma pequena deterioração da sanca que existe sobre o palco, ou seja, não se trata de uma questão estrutural que irá inviabilizar o Cineteatro. Após a sua reparação poderá continuar-se a utilizar aquele espaço. -----

Retomando o uso da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal afirmou que se existia algum projeto da CDU, quando foram passadas as pastas não foi dado conhecimento. Sobre os acontecimentos ocorridos no Cineteatro, o Senhor Presidente explicou que caíram alguns pedaços de gesso que cobrem a sanca. Após a deslocação ao local da Comissão de Vistoria e por questões de segurança todos os espetáculos foram cancelados, porque a própria vibração dos graves da música poderia fazer cair

mais pedaços quer para cima do palco, quer para a primeira ou segunda filas. Continuando a sua intervenção o Senhor Presidente esclareceu que já existe um orçamento da empresa Vendap e que a intervenção irá avançar com um custo relativamente baixo, pelo que o Cineteatro poderá continuar a funcionar durante os próximos tempos. Evidenciou os 60 anos daquele espaço, mas que infelizmente o projeto existente para a sua remodelação já não cumpria a legislação. O executivo irá agora começar a pensar num espaço alternativo para quando o Cineteatro começar então essa grande remodelação. -----

Seguidamente usou da palavra o eleito Márcio Veríssimo para questionar o Senhor Presidente relativamente as afirmações durante a campanha eleitoral relativamente à captação de novas empresas para a Zona Industrial da Adua e ainda sobre a instalação de um investimento turístico nas Silveiras que traria empregadores privados. Assim sendo, questionou o Senhor Presidente se tinha algumas informações relativamente à situação da AIS, que está a dispensar e não renovar contratos, assim como do ponto de situação do empreendimento turístico em Silveiras. -----

Ainda no uso da palavra o eleito Márcio Veríssimo referiu-se a uma reportagem da RTP sobre as descargas de esgoto no Rio Almansor. Tem conhecimento que não se trata de uma situação nova e que não é inteiramente da responsabilidade da Câmara, no entanto, na sua opinião, uma das soluções para resolver ou evitar situações futuras, especialmente quando há períodos de pluviosidade intensa, seria a existência de uma rede de infraestruturas sanitárias num regime separativo, separando os esgotos, dos pluviais. Acrescentou que, nos anteriores mandatos da CDU, procedeu-se a uma substituição considerável de infraestruturas de saneamento, nomeadamente na zona da Praça de Touros, do Rossio, da Rua de Avis, do Largo da Câmara, da Rua Teófilo Braga, tendo sido substituídos vários quilómetros de infraestruturas. Estavam ainda previstos trabalhos também para o Largo das Palmeiras, em direção à Rua de D. Sancho. Questionou o executivo se estão previstas algumas obras, neste âmbito, ainda neste mandato. -----

Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo que concorreram duas empresas ao último lote disponível na Zona Industrial da Adua, uma que se dedica à olaria e uma outra de construção civil, pelo que uma delas irá instalar-se no referido lote. Continuando a sua intervenção sublinhou que os números do desemprego mostram que o concelho apresenta cerca de duzentos desempregados, já à longa data. Trata-se de um desemprego constante, no entanto ao longo das visitas aos empresários da ZIA, tem sido referida uma séria falta de mão de obra no concelho. A empresa AIS foi a empresa que referiu estar a sofrer com a crise industrial na Alemanha e por essa razão teve de dispensar pessoas. Mostrou a sua preocupação com a mão de obra dos habitantes de Montemor-o-Novo, porque em recente visita a empresa EIP, foi informado de que neste momento 50% da mão de obra é emigrante, porque não há montemorenses para contratar para trabalhar. No que respeita à instalação de novas empresas, destacou a Mycore, uma empresa com capitais ingleses que pretende instalar-se na StartUp e laborar num outro espaço relativamente perto, com técnicas novas, no âmbito da investigação. Também a hotelaria em Montemor está muito bem, havendo ainda assim a necessidade de mais camas no concelho. Quanto ao empreendimento turístico a instalar em Silveiras, trata-se de um hotel com grandes aspirações em Portugal e com grandes referências na Índia. Referiu ainda o Senhor

Presidente que visitou, com a sua família, um hotel da mesma cadeia, na Índia, tendo verificado que existe uma forte vontade em instalar-se em Montemor e nas Silveiras, pela grande proximidade do aeroporto de Lisboa. O hotel está a ser desenhado como uma vila real, porque o rei Carlos de Inglaterra e a rainha Camila costumam instalar-se nesse hotel, nas visitas à Índia. Está a ser desenhado pela irmã da Rainha, para quando visitarem Portugal, passarem lá alguns dias nas Silveiras. O investimento ronda os 25 milhões de euros e numa primeira fase, irá empregar cerca de 100 pessoas. Frisou ainda que os serviços municipais já reuniram com os arquitetos e apresentaram-se disponíveis para ver os condicionantes do terreno, porque o objetivo será reaproveitar o antigo espaço da fábrica da pólvora. Na sua opinião, acreditamos que será um marco de hotelaria bem importante, não só para Montemor, mas também para o país. -----

No que diz respeito à reportagem sobre a condenação aplicada à empresa Águas Públicas do Alentejo de uma coima de 80 mil euros, esclareceu que a mesma esteve relacionada com a ocorrência de dez descargas entre 2015 e 2019, no Rio Almansor, junto à estação elevatória nº 3, que não estava ainda em funcionamento. O investimento feito pela AGDA na nova ETAR, começou a funcionar em 2020. Referiu ainda que a Estação Elevatória nº 3 continua a apresentar problemas, porque embora tenha o descarregador de tempestade, quando chove por vezes abre, no entanto, mesmo quando não chove abre e as descargas continuam. Essa foi a questão que levantou mais queixas e que originou a deslocação da comunicação social ao local. Acrescentou que o Município não está satisfeito com esta situação, assim como pela não concretização do investimento junto à Zona Industrial da Adua, na Estação Elevatória nº 1, também na Estação Elevatória nº 2, próximo da Ponte de Évora e em todo o emissário para levar à Estação Elevatória nº 3, junto à Ribeira. Informou também que o investimento não está concretizado, porque as negociações com o proprietário do terreno correram mal. Estava tudo previsto, no entanto, o proprietário não assinou. O investimento em causa está previsto no plano de investimentos da AGDA e no estudo de viabilidade económico-financeira também da parceria, com início previsto para 2026 e conclusão para janeiro de 2027. -----

Frisou que a Zona Industrial da Adua foi criada no final dos anos 90 e como não foi prevista a construção de uma ETAR, as águas residuais domésticas, sempre têm corrido diretamente para o Rio Almansor. Considera que, em termos de rede separativa dos esgotos, a CDU aproveitou muito bem os fundos comunitários do PT2020 para realizar intervenções e que também o PS irá aproveitar muito bem os fundos do PT2030. Esclareceu que já se encontra negociada, no âmbito da CIMAC, uma verba de 3.250.000 euros para o ciclo urbano de água e dentro do ciclo terá lugar a continuação do projeto “Pedra a Pedra”, abrangendo o Largo General Humberto Delgado, o Largo das Palmeiras e também a Praça Cândido dos Reis. Acresce ainda que essa ligação irá ser feita para a Rua Curvo Semedo e para a Rua de Lisboa até à Rua Pelágio Peres. Neste momento os projetos estão a ser preparados para serem lançados, logo que sejam publicados os respetivos avisos. Mostrou a sua insatisfação com estas questões, no entanto considera que é possível encontrar soluções a curto prazo. A Câmara Municipal criou um grupo de trabalho, em 2024, com a Agência Portuguesa do Ambiente, com a Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural e com a AGDA e já reuniu várias vezes, com o objetivo de fazer o diagnóstico dos problemas do rio, mas também para encontrar soluções. Uma das soluções já está concretizada está

relacionada com a drenagem dos afluentes da APORMOR, que nesta data já não estão a poluir o rio, com licença de utilização apenas há um mês. Afirmou também que a Câmara Municipal tem pressionado a Associação de Beneficiários da Barragem dos Minutos para respeitar o caudal mínimo das descargas para o Rio Almansor, ainda assim vai ser instalado um caudalímetro no sentido de medir esses valores. ----- Informou ainda que, também no âmbito do Rio Almansor, está a ser desenvolvido, numa parceria com a Universidade de Évora, um estudo das comunidades piscícolas, para perceber o que é que ainda existe no rio. Foi também lançado um procedimento para um estudo, no âmbito da geologia do Rio Almansor, dos migmatitos, que poderão ser um fator de atratividade para quem nos visita. Informou ainda o Senhor Presidente que já tiveram lugar duas reuniões com os proprietários das margens do rio para se conseguir definir um percurso, que deverá ser um percurso misto, um percurso pedestre e outro com alguns passadiços, por forma a ser visitável e possa ser um fator turístico, ambientalmente respeitado no concelho de Montemor-o-Novo. Disse ainda que também têm sido desenvolvidas atividades, no âmbito do Projeto River, de valorização da rede hidrográfica do concelho, através da limpeza de algumas ribeiras, nomeadamente em São Geraldo e também a Ribeira de São Pedro, por trás dos Caminhos do Futuro. Estas limpezas possibilitaram também perceber a existências de algumas ilegalidades relacionadas com descargas ilegais provenientes da Rua Pelágio Peres. Terminou a sua intervenção referindo que todas as intervenções demoram o seu tempo, mas que se prevê que, até janeiro de 2027, grande parte destes problemas de poluição do Rio Almansor possam estar já resolvidos. -----

O eleito Joel Pedreirinho interveio para congratular o lançamento do Portal do Turismo, recentemente inaugurado, por ser muito útil e ter muita informação de onde comer, onde ficar e quais os eventos a decorrer. Prosseguindo a sua exposição, questionou o executivo sobre qual é a atual utilização do edifício onde funcionava o Hotel Montemor, por se tratar de um edifício simbólico na cidade. Relativamente ao Rio Almansor o eleito Joel Pedreirinho frisou que o mesmo se encontra abandonado há cerca de quarenta e cinco anos e que há muitos anos que é objeto de derrames, e de descargas, não só de águas residuais, mas também de águas pluviais e industriais. Nesse sentido, considera ser importante desenvolver alguma fiscalização, mas também será essencial algum investimento numa ETAR própria na ZIA, criando assim mais condições para a captação de investimento. -----

Referiu-se ainda às descargas clandestinas na Ribeira da Ché e cuja envolvente aguarda há mais de quarenta anos o arranjo paisagístico de reabilitação. Também na zona da Courela da Pedreira existem descargas clandestinas na linha de água, assim como nas hortas junto ao Intermarché. Continuando a sua intervenção destacou ainda o facto da estação elevatória existente em S. Domingos, quando o caudal é grande também faz descargas diretamente para o rio. Disse ainda que com a construção da nova ETAR de Ferro da Agulha, o cheio nauseabundo da antiga ETAR de S. Pedro deixou de ser tão forte, no entanto quando o caudal é demasiado verifica-se a necessidade de fazer descargas que vão diretamente para o rio Almansor. Relatou que visitou o rio recentemente manifestando a sua tristeza pelo que viu. Prosseguiu a sua intervenção questionando sobre qual a razão porque o grupo Amora não integra o grupo de trabalho, mencionado pelo Senhor Presidente da Câmara, uma vez que têm conhecimento do terreno e do território, tem conhecimento ecológico e biológico e

que agora vieram levantar todas estas questões. Solicitou ao Senhor Presidente que o referido grupo de moradores deveria ser adicionado ao grupo de trabalho, por ser uma mais valia. Sobre o Moinho do Ananil questionou se existe alguma estratégia ou plano delineado porque está ao abandono, de portas e janelas fechadas e trata-se de um edifício com um enorme potencial. Sugeriu que o mesmo pudesse ser entregue a uma entidade para uma melhor gestão e dinamização. -----

Retomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara salientando que, relativamente ao Portal do Turismo, considera que está muito bonito, com uma imagem moderna, bastante prático e de fácil utilização. Apresenta todas as informações de onde ficar, o que comer, o que visitar, permitindo facilmente o planeamento de uns dias em Montemor-o-Novo. Congratulou a parceria entre o Município e uma empresa que foram os seus mentores, considerando ter sido uma excelente aposta. Sobre o edifício do antigo Monte Alentejano informou que foi adquirido pelo grupo LACANI, que é um grupo indiano, no entanto, até ao momento, ainda não foi apresentado nenhum projeto na Câmara Municipal. Quanto ao rio Almansor, o Senhor Presidente frisou que não há descargas industriais no rio, uma vez que não são permitidas indústrias poluentes na Zona Industrial da Adua. Já foram feitas análises às descargas, que confirmaram que são apenas de águas residuais domésticas. Respondeu ainda que não está programada a construção de qualquer ETAR destinada às indústrias, porque não serão permitidas indústrias poluentes na Zona Industrial da Adua, estava já definido pelo anterior executivo e por este também. -----

Prosseguindo no uso da palavra, o Senhor Presidente afirmou que existem muitas descargas ilegais por toda a cidade, nomeadamente através de anexos construídos em habitações e com ligações diretas a linhas de água. É essencial ir limpando as linhas de água, descobrindo os problemas e encontrando soluções a pouco e pouco. Ainda no uso da palavra, o Senhor Presidente lembrou que esta parceria com a AGDA tem como parceiros 20 Municípios, assim como o Estado e é uma parceria que não tem fundos inesgotáveis e ocupa 17% do território português. Estas estações elevatórias têm de possuir um descarregador de tempestade, porque senão o próprio equipamento poderia arrebentar, o problema, é que, por vezes, mesmo quando não chove, há descargas. As avarias irão sempre existir, tal como as descargas, mas deveriam acontecer apenas em casos excecionais e não em casos regulares. Também a linha de água da Horta do Goivo foi inspecionada a pé com um robô, e há ligações que não estão cadastradas na Câmara Municipal, tornando-se difícil, em alguns casos, identificar a origem da descarga. -----

No que respeita ao grupo de trabalho, esclareceu que se trata de um grupo de trabalho constituído por entidades públicas, com pessoas que têm capacidade de tomar decisões e orçamentos próprios para isso. E irá continuar a ser assim. Paralelamente será constituído um Conselho Municipal do Ambiente, no qual poderão participar quer a Marca, quer a Amora, quer mesmo a Quercus. -----

Quanto ao Moinho do Ananil, esclareceu que neste momento o foco é na limpeza nas linhas de água, na definição do percurso e nas soluções para terminarem com as descargas para o rio. Eventualmente, após a definição do percurso, o executivo poderá avaliar uma proposta de comodato, com alguma instituição, com o objetivo de recuperar aquele espaço. -----

Retomou a palavra o eleito Márcio Veríssimo para lembrar que na sua intervenção terá mencionado que todos estes problemas do Rio Almansor não são recentes. Disse ainda que é importante frisar também que durante muitos anos o Governo impossibilitou os Municípios de realizarem investimentos nesta área, uma vez que havia um completo boicote do Sistema Intermunicipal de Gestão de Águas e Saneamento. De seguida questionou o Senhor Presidente se a Câmara está a fazer algum tipo de pressão, junto da AGDA, para que sejam cumpridos os planos de investimento. -----

Em resposta ao eleito Márcio Veríssimo, o Senhor Presidente esclareceu que o plano de investimentos da AGDA 2025-2030 está a ser discutido e foi proposto aos Municípios para se poderem pronunciar. Encontram-se em construção a ETAR de Ciborro, prevendo-se que até final do corrente ano se possam iniciar as seguintes empreitadas: de Santiago do Escoural, os edifícios administrativos da ETAR de Montemor-o-Novo, a reabilitação do sistema de abastecimento de água de Montemor-o-Novo, a estação elevatória de cavaleiros de conduta da Amoreira da Torre, o reservatório de castelo, o sistema de captação e adução de Santiago do Escoural, entre 2024 e 2027, estas intervenções totalizarão um investimento de 16,8 milhões de euros. Destacou ainda que o investimento total do Município de Montemor-o-Novo, até 2030, será, no âmbito desta parceria, de 26,7 milhões de euros e corresponde a 12,72% do investimento total dos 20 Municípios que integram esta parceria. -----

Tomou a palavra o eleito Rui Páscoa para se referir a uma situação que considera preocupante relacionada com o facto de o trator limpa-fossas do Município percorrer diariamente à volta de 150 km diários, em deslocações, para fazer os despejos na ETAR de S. Geraldo, a qual tem cerca de 30 anos e tem infiltrações para os solos que não são boas. Para além disso, acontece por vezes, passar a escorrer os dejetos nas ruas da aldeia. Assim, questionou o executivo, quando é que as referidas descargas passam a ser feitas na ETAR da cidade. -----

O Senhor Presidente no uso da palavra esclareceu que a decisão de fazer essas descargas em S. Geraldo foi uma decisão dos técnicos do serviço, considerando que por certo será a melhor opção, no entanto irá obter outros esclarecimentos. -----

Seguidamente interveio a eleita Elisabete Páscoa, em substituição do Senhor Presidente da União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras, para convidar todos os eleitos para o desfile de Carnaval e apresentando um agradecimento ao movimento associativo por todo o apoio dado à iniciativa. Frisou que integrarão o desfile cerca de 601 pessoas, com muita animação ao longo da tarde. A Senhora Presidente da Assembleia deu a palavra ao eleito João Veiga, o qual questionou sobre a posição da Câmara Municipal relativamente à anunciada prospeção. -----

Retomando a palavra, o Senhor Presidente afirmou que existe uma empresa, denominada E79 que pretende efetuar prospeção de minérios, maioritariamente no concelho de Montemor-o-Novo, mas abrangendo também os concelhos de Évora, na zona da Boa Fé, o concelho de Viana do Alentejo, nas Alcáçovas e o concelho de Vendas Novas. Trata-se de uma empresa com 500 euros de capital social, mas que tem várias empresas por trás com grande capacidade financeira, nomeadamente fundos económicos com capitais de Singapura, da Austrália, com sede em Gibraltar e no

Amma

Canadá. Relembrou que, já em 2016, a empresa Colt, esteve quase a iniciar a exploração mineira na Boa Fé, o que iria provocar uma tragédia ambiental para sempre. Felizmente a empresa entrou em insolvência, porque os seus dirigentes foram detidos, no estrangeiro, por prestarem dados falsos às bolsas sobre as suas prospeções, com o objetivo de assim obterem financiamentos. Relatou ainda que o próprio engenheiro da empresa já considerou que o projeto não possui viabilidade económica. Referiu ainda, que de acordo com os dados conhecidos e às prospeções realizadas desde os anos 50, o máximo que se consegue tirar/extrair são cerca de 2 gramas de ouro, por tonelada de sedimentos. Frisou que este projeto, é um pouco distinto da anterior prospeção, porque faz referência apenas à lavagem de materiais, à centrifugação e ao posterior transporte para Inglaterra, sendo apenas aí feita a extração do ouro. Apesar de tudo, considera que seria sempre um atentado ao ecossistema, ao ambiente, ao nosso património e à nossa identidade. Terminou a sua intervenção salientando que a posição da Câmara Municipal, independentemente da pronúncia das Juntas de Freguesia, é totalmente contra a prospeção mineira em Montemor-o-Novo. -----

Pediu para intervir o eleito Márcio Veríssimo referindo que, no anterior processo de prospeção, em 2016, a atual gestão CDU também deu parecer negativo. Reforçou que os eleitos da CDU não são contra a exploração mineira, mas consideram que os recursos minerais e geológicos do nosso país devem ser do domínio público e que estas empresas não dão quaisquer garantias de preservação do meio ambiente e de minimização do impacto ambiental. -----

Ainda sobre a exploração mineira, interveio a Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Cabrela, Paula Martins, dizendo que concorda com as afirmações do Senhor Presidente da Câmara, as quais apresentou ela própria na sessão de esclarecimentos realizada na freguesia de Cabrela. Acrescentou que a Junta de Freguesia terá sempre uma posição contra qualquer atentado ao ambiente. -----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Foros de Vale de Figueira, Helder Linguça, solicitou informação sobre a previsão de início dos trabalhos de reparação de caminhos de terra batida. Referiu que frequentemente os fregueses apresentam as queixas relativamente ao mau estado das mesmas. -----

Em resposta o Senhor Presidente da Câmara afirmou que já transmitiu à Divisão de Obras que possa reiniciar os trabalhos de reparação de caminhos, logo que a chuva pare. Informou sobre uma parceria público-privada com duas empresas, a HARA e a Sleep & Nature, sendo que o Município dará o trabalho, enquanto que essas empresas fornecerão os materiais, com o objetivo obter mais estabilidade, com menos manutenção ao longo dos anos. Considera que este poderá ser um exemplo para outras empresas interessadas. Salientou que não é um investimento barato, uma vez que se trata de tout-venant de qualidade. -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal retomou a palavra para informar que seguidamente dava a palavra ao público, não havendo nenhum pedido para uso da palavra. -----

Prosseguindo no uso da palavra, informou também que o eleito Luis Machado enviou à mesa da Assembleia um pedido de alteração da liderança da bancada do CDS-PP para a eleita Paula Pinto, o qual foi aceite. -----

Carine

Retomou a palavra a Senhora Presidente da Assembleia Municipal para dar conhecimento de uma proposta recebida, por parte da bancada da CDU, relativamente ao 1º. Ponto da ordem de trabalhos. A proposta mencionava que era necessária a prévia votação dos mapas de demonstração de desempenho orçamental de fluxos de caixa e posteriormente, em votação distinta, a primeira Alteração Modificativa ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano. Porque poderá ser considerado ilegal o procedimento tal como está. -----

A Senhora Presidente da Assembleia comunicou que a proposta poderia ser aceite e que assim sendo, o primeiro ponto seria dividido em duas alíneas distintas. -----

Solicitou a palavra o Senhor Presidente da Câmara lembrando que as alíneas foram votadas em reunião de câmara, em conjunto. A Câmara Municipal não possui poderes para reprová-las a inserção do saldo da conta de gerência, nem os mapas de desempenho orçamental e de fluxo de caixa. Importa ainda destacar que a Câmara Municipal até podia ter reprovado estes documentos, mas apenas a Assembleia Municipal tem capacidade para deliberar sobre os documentos. -----

Pediu a palavra o eleito Joel Pedreirinho para solicitar à Senhora Presidente da Assembleia um pequeno intervalo de modo a analisarem esta questão. -----

Retomados os trabalhos, a Senhora Presidente da Assembleia colocou à votação a proposta de alteração à ordem de trabalhos, sendo aprovada com 14 votos a favor dos eleitos pelo PS (onze) e pelo CDS-PP (três), 12 votos contra dos eleitos pela CDU e 2 abstenções dos eleitos pelo PSD. -----

De imediato, deu-se início à ordem de trabalhos. -----

1º. Ponto -----

a) Mapas de Demonstração de Desempenho Orçamental e de Fluxos de Caixa -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal esclarecendo que a Lei do Orçamento de Estado para 2025, através do seu artigo centésimo quadragésimo quinto, reforça a possibilidade de ser inserido o saldo da conta de gerência neste momento. Para tal acontecer foi necessário que os serviços, nomeadamente a Unidade de Contabilidade da Divisão de Administração Geral e Financeira do município, trabalhassem bastante nos mapas de demonstração do desempenho orçamental e nos mapas de fluxo de caixa, com o devido reporte à DGAL. Assim sendo, se o saldo da conta de gerência for inserido no início do mês de março, será ainda possível reforçar alguns investimentos, que são despesas de capital, neste ano que é o ano mais curto. Devido às eleições autárquicas, o Executivo não pode tomar decisões. Permite também que os fundos disponíveis sejam reforçados, já no mês de março, em vez de maio. Destacou que existe um elevado número de compromissos que transitaram no início do ano, a disponibilidade do saldo da conta de gerência permitirá o reforço de rubricas correntes, que são essenciais para o funcionamento do Município e para a prestação de um serviço público de qualidade. Os mapas constam da documentação apresentada e retratam o montante que ficou no final do ano para poder ser transitado para 2025.-

Interveio o eleito Márcio Veríssimo afirmando, em nome da bancada da CDU, o voto será contra, porque consideram que se trata de um procedimento ilegal, uma vez que os documentos deveriam ter sido aprovados, previamente, em reunião de câmara municipal. Acresce ainda que esta inserção antecipada do saldo de gerência no orçamento, apesar de ser uma situação possível, é excecional. Lembrou que, em 2022, o executivo CDU em funções apresentou uma proposta idêntica, com objetivo de

conseguir atribuir um apoio extraordinário às associações que estavam em dificuldades com despesas relacionadas com a pandemia, tendo sido reprovado. Salientou também que a legislação que permite este tipo de procedimento refere que o próprio deve ser bem explicado, no entanto a documentação remetida não apresenta nenhum relatório ou documento, por parte do Executivo, que justifique a necessidade de aplicar a antecipação da inserção do saldo de gerência no orçamento. - Em resposta o Senhor Presidente da Câmara Municipal discordou das afirmações do eleito, acrescentando que toda a documentação foi apresentada e votada em reunião de câmara municipal, nomeadamente a primeira alteração modificativa, os mapas de desempenho orçamental e fluxo de caixa, documentos integrantes da prestação de contas 2024, foram ainda anexados a modificação ao orçamento da receita, a modificação ao orçamento da despesa, a modificação ao plano plurianual de investimento, a modificação ao plano de atividade municipal, o mapa de desempenho orçamental 2024 e o mapa de fluxo de caixa 2024. Reafirmou que todos foram sujeitos a votação num único ponto, tendo os Senhores Vereadores da CDU votado contra. Nessa votação não foi colocada qualquer objeção ou questão. -----

Voltou a intervir o eleito Márcio Veríssimo referindo que os eleitos da CDU não pretendem de forma alguma prejudicar o trabalho do atual executivo, no entanto não podem validar um procedimento que consideram ilegal. -----

O Senhor Presidente da Câmara acrescentou que apenas a Assembleia Municipal tem capacidade para votar a favor ou contra estes documentos e foi aprovado por maioria realizar estas duas votações distintas. Nada está a ser feito à margem da lei. -----

Pediu a palavra Joel Pedreirinho afirmando que avaliaram legal e juridicamente e concluíram que esta votação não iria penalizar ou causar danos para o município. -----

A eleita Paula Pinto interveio seguidamente salientando que a bancada do CDS-PP também votou favoravelmente a proposta de votação das duas alíneas separadamente, solicitando ainda assim que, em próximas sessões, as bancadas sejam avisadas antecipadamente, no caso de alterações à ordem de trabalhos. -----

Não havendo outros pedidos para uso da palavra a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento a votação. -----

Deliberação: Aprovada, por maioria, com doze votos a favor: onze votos dos eleitos pelo PS e um voto de um eleito pelo CDS/PP; quatro abstenções: duas abstenções dos eleitos pelo PSD e duas abstenções dos eleitos pelo CDS/PP e doze votos contra dos eleitos pela CDU. A Senhora Presidente da Assembleia Municipal usou o Voto de Qualidade. -----

O eleito Márcio Veríssimo apresentou em nome da bancada da CDU a seguinte Declaração de Voto: -----

“Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo votam contra os Mapas de Demonstração de Desempenho e Fluxo de Caixa. Os motivos que fundamentam esta posição são os seguintes: -----

- 1. Dúvida quanto à legalidade do procedimento adotado não foi devidamente esclarecida. Na sequência da nossa análise e da nossa dúvida enviada à Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal, questionámos se a proposta poderia ser votada tal como apresentada, uma vez que os Mapas de Demonstração de Desempenho Orçamental e de Fluxos de Caixa não foram previamente votados em sede de Reunião de Câmara Extraordinária, conforme previsto no artigo 145º da Lei*

Câmara

nº 45-A/2024, de 31 de dezembro – Orçamento do Estado para 2025. Não obtivemos resposta escrita que esclarecesse esta dúvida. -----

2. Consideramos que este procedimento não está de acordo com as normas legais dado que na nossa avaliação consideramos que os documentos demonstrativos do Saldo deveriam ser previamente votados em sede de reunião de Câmara de forma explícita em ponto próprio, e não integrados no ponto da 1ª Alteração Modificativa (Revisão Orçamental) ao Orçamento Municipal de 2025. -----

Diante destas questões não esclarecidas e da ausência de fundamentação clara para as opções tomadas, os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo votam contra os Mapas de Demonstração de Desempenho e Fluxo de Caixa. Montemor-o-Novo, 28 de fevereiro de 2025” -----

- b) 1ª Alteração Modificativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano de 2025 (Revisão Orçamental de inserção do Saldo de Gerência) -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal afirmando que existe sempre um saldo da conta de gerência anterior, porque apesar da execução orçamental ser superior a 90%, não atingiu os 100%, o qual totalizou, em 2024, o montante de 5 milhões, 418 mil e 35 euros e 21 cêntimos. Destacou que os orçamentos municipais são diferentes dos orçamentos de uma empresa. Os orçamentos municipais são apresentados apenas com uma verba prevista de transferências do Estado. Essa verba é distribuída da melhor forma possível, mas é sempre necessário integrar o saldo da conta de gerência. A proposta apreciada em reunião de Câmara Municipal, apresenta em despesas correntes o montante de 3.653.500 euros, com a seguinte distribuição: 50 mil euros para contribuições à CIMAC, 600 mil euros para a Feira da Luz 2025; para a GESAMB são 300 mil euros do sistema municipal de recolha e tratamento de resíduos; para a AGDA, no que diz respeito ao abastecimento de água em alta, são 409 mil euros; para o contrato de saneamento em alta são 155 mil euros, para despesas gerais de funcionamento do Município são 382.500 euros, para associações culturais e recreativas são 235 mil e para outras entidades são 21 mil, para apoio a clubes e associações desportivas cerca de 40 mil euros; para apoio a bombeiros e associações humanitárias cerca de 35 mil euros, para apoio a associações de Educação e Ação Social são 100 mil euros; para o Gabinete de Comunicação e Imagem cerca de 100 mil, para o Gabinete das Associações são 20 mil, para o Gabinete Municipal de Modernização e Informática cerca de 100 mil euros; para a Divisão de Planeamento e Apoio ao Desenvolvimento Económico são 150 mil euros. Continuando no uso da palavra disse que para a Divisão de Planeamento e Desenvolvimento de Projetos Municipais são 40 mil euros; para a Divisão de Obras, Águas e Saneamento são 200 mil euros; para a Divisão de Serviços Urbanos cerca de 80 mil euros; para a Divisão Sociocultural, cerca de 250 mil euros; para a Divisão de Planeamento Urbano e Ambiental são cerca de 2 mil euros; para o Gabinete Jurídico cerca de 2 mil euros; para o Gabinete de Apoio às Freguesias são 2 mil euros; para o Gabinete de Apoio à Presidência e Vereação são 20 mil euros; para o Serviço Municipal de Veterinária são 20 mil euros; para o Gabinete de Empreendimento Juvenil são cerca de 40 mil euros; para a Gestão de Povoamentos na Herdade da Adua são 20 mil euros e para as Transferências no âmbito da Educação cerca de 200 mil euros. -----

No que diz respeito aos planos plurianuais de investimento, ou seja, as despesas de capital, a proposta apresenta um reforço de 50 mil euros para protocolos de

cooperação com as Juntas de Freguesia; para a Estratégia de Eficiência Energética do Alentejo Central o montante de 7500 euros; para a aquisição de viaturas para todos os serviços municipais cerca de 350 mil euros; para o reforço das pavimentações e passeios nas freguesias cerca de 30 mil euros, para a aquisição de hardware são 138 mil euros; para o Gabinete de Comunicação e Imagem, equipamentos fotográficos e de backups cerca de 20 mil euros; para a aquisição de terrenos em Santiago do Escoural (para aquisição de casa abandonada e de um terreno frente ao estacionamento para reforço da zona de estacionamento) e em Silveiras (faixa de terreno para os passeios da Rua Dr. Pascoal Coelho) cerca de 230 mil euros. Referiu ainda que para a requalificação das Piscinas Municipais Cobertas são cerca de 40 mil euros; para a Divisão de Planeamento e Desenvolvimento de Projetos Municipais para projetos diversos e para o reforço de um estudo sobre o Loteamento Municipal junto às Piscinas Cobertas, cerca de 100 mil euros; para a qualificação da Zona Industrial da Adua(requalificação de ruas e sinalização) cerca de 260 mil euros; para investimento na manutenção também das parcelas de compensação da Herdade da Adua, o montante de 10 mil euros; para equipamentos do Centro Juvenil cerca de 3.500 euros; para equipamentos para espaços verdes o montante de 4.495,21€; para equipamento imobiliário do Arquivo Municipal cerca de 5 mil euros; para a manutenção, conservação do pré-escolar e primeiro ciclo cerca de 10.000 euros, aquisição de imobiliário e equipamento para o pré-escolar e primeiro ciclo do ensino básico, nomeadamente uma grande intervenção na escola básica EB 2,3, cerca de 100.000 euros, para equipamento informático das escolas cerca de 10 mil euros; para substituição do parque de contadores de água um reforço de 120 mil euros; para equipamentos de deposição de resíduos cerca de 30 mil euros; para construção e requalificação de instalações municipais para os serviços, nomeadamente uma plataforma de lavagem de viaturas no estaleiro da Adua cerca de 40 mil euros; para a recolha seletiva porta-a-porta de biorresíduos, o montante de 139.740 euros; para ampliação e melhoria de pontos de resíduos volumosos nas freguesias o montante de 40 mil euros, e para a Divisão de Apoio Operacional, Obras, Águas e Saneamento cerca de 3000 euros para equipamentos diversos. O Senhor Presidente concluiu referindo que é a proposta do executivo para a distribuição do saldo da conta de gerência. ----- Não havendo nenhum pedido para uso da palavra a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento a votação. -----

Deliberação: Aprovada, por maioria, com doze votos a favor: onze votos dos eleitos pelo PS e um voto de um eleito pelo CDS/PP; quatro abstenções: duas abstenções dos eleitos pelo PSD e duas abstenções dos eleitos pelo CDS/PP e doze votos contra dos eleitos pela CDU. A Senhora Presidente da Assembleia Municipal apresentou o Voto de Qualidade. -----

Pediu a palavra a eleita Hortênsia Menino para apresentar, em nome da bancada da CDU, a seguinte Declaração de Voto: -----

“Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Montemor votam contra a 1ª Alteração Modificativa (Revisão Orçamental) ao Orçamento Municipal de 2025, considerando que a votação se baseia no princípio de que todas as legalidades foram cumpridas, mas sem que as nossas dúvidas tenham sido devidamente esclarecidas. Os motivos que fundamentam esta posição são os seguintes: -----

Amme

1. *Dúvida quanto à legalidade do procedimento adotado – Na sequência da nossa análise e da nossa dúvida enviada à Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal, questionámos se a proposta poderia ser votada tal como apresentada, uma vez que os Mapas de Demonstração de Desempenho Orçamental e de Fluxos de Caixa não foram previamente votados em sede de Reunião de Câmara Extraordinária, conforme previsto no artigo 145.º da Lei n.º 45-A/2024, de 31 de dezembro – Orçamento do Estado para 2025. Não obtivemos resposta escrita que esclarecesse esta dúvida. -----*
2. *Ausência de fundamentação nos documentos apresentados para a integração do saldo antes da aprovação das contas – Apesar de a legislação permitir a integração do saldo de gerência antes da aprovação formal das contas, consideramos que esta decisão deveria ser devidamente justificada. Os documentos apresentados não explicam de forma clara por que razão é necessário antecipar esta integração, nem quais as consequências de aguardar a aprovação das contas antes de o fazer. -----*
3. *Falta de transparência e clareza na afetação dos recursos – A proposta prevê a integração do saldo de gerência anterior no montante de 5.418.035,21€, mas não apresenta uma justificação detalhada sobre a sua necessidade e distribuição entre rubricas correntes (3.703.500,00€) e rubricas de capital (1.714.535,21€). -----*
4. *Opções desalinhadas com as necessidades da população – A distribuição do saldo reforça determinadas rubricas, mas sem um claro alinhamento com áreas que consideramos prioritárias para a população. -----*
Diante destas questões não esclarecidas e da ausência de fundamentação clara para as opções tomadas, os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Montemor votam contra a 1ª Alteração Modificativa ao Orçamento Municipal de 2025. -----
Montemor-o-Novo, 28 de fevereiro de 2025 -----

2º. Ponto – Proposta de Regimento do Conselho Municipal de Saúde de Montemor-o-Novo -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal interveio afirmando que, no passado dia 3 de fevereiro de 2025, teve lugar a instalação do Conselho Municipal de Saúde. Entre as várias intervenções foram valorizados os investimentos nos Postos Médicos das freguesias e no Centro de Saúde de Montemor, em que sempre boas e rápidas respostas, por parte dos serviços municipais. Salientou também as intervenções em Lavre, em Cortiçadas de Lavre e em São Cristóvão, com a mudança de local do Posto Médico. Destacou ainda que os módulos instalados em Silveiras, já se encontram em funcionamento e que, apesar de provisórios, têm muito melhores condições do que o Posto Médico existente, que serviu a população durante décadas. Foi também analisada a falta de viaturas no Centro de Saúde de Montemor-o-Novo, assim como a necessidade de algumas reparações. Foi realçada por todos os elementos a interação e a importância da transferência de competências, no âmbito da saúde. Ainda no uso da palavra o Senhor Presidente frisou que um dos pontos tratados no Conselho Municipal de Saúde foi a proposta de regimento, que teve umas ligeiras alterações propostas pelos membros Dr. António Danado, como Presidente de Junta de Freguesia e pelo Dr. Nuno Jacinto, sendo aprovado por unanimidade. Também em reunião de Câmara Municipal foi aprovado por unanimidade e deverá ser agora apreciado pelos eleitos da Assembleia Municipal. -----

amue

Não havendo qualquer pedido para uso da palavra a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta a votação. -----

Deliberação: Aprovada, por maioria, com dezasseis votos a favor: onze votos dos eleitos pelo PS; dois votos dos eleitos pelo PSD, três votos dos eleitos pelo CDS/PP e doze abstenções dos eleitos pela CDU. -----

3º. Ponto – Proposta de Declaração de Interesse Público Municipal – Etar do Caborro ---

Sobre a presente proposta o Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que se trata de um documento necessário, por parte da AGDA, para poder recorrer a candidaturas a fundos comunitários. Considera ser evidente que a ETAR do Caborro, em construção, é de interesse público municipal. O documento já foi apresentado e aprovado, por unanimidade, em reunião da Câmara Municipal, mas é necessário que o seja também pelo órgão deliberativo. -----

Não havendo nenhum pedido para uso da palavra, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento a votação. -----

Deliberação: Aprovada, por unanimidade. -----

4º. Ponto – Joaquim Manuel – Certidão de Destaque – Doação de parcela de terreno para domínio público em Silveiras - União de Freguesias de Nª. Sra. da Vila, Nª. Sra. do Bispo e Silveiras -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara salientou que o documento apresentado é respeitante à doação de uma parcela de terreno para domínio público, por parte do referido requerente e localizado na Estrada Nacional 4, em Silveiras. O mesmo já foi apresentado e aprovado por unanimidade em reunião de Câmara Municipal. -----

Por não haver qualquer pedido para uso da palavra, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou de imediato o documento a apreciação. -----

Deliberação: Aprovada, por unanimidade. -----

5º. Ponto - Relatório semestral do Município de Montemor-o-Novo - informação económico financeira - Revisor de Contas (para conhecimento) -----

O documento não foi sujeito a votação. -----

6º. Ponto – Declaração de Pagamentos em atraso – Ano 2024 (para conhecimento) -----

O documento não foi sujeito a votação. -----

7º. Ponto - Declaração de recebimentos em atraso – Ano 2024 (para conhecimento) ---

O documento não foi sujeito a votação. -----

8º. Ponto – Declaração de Compromissos Plurianuais – Ano 2024 (para conhecimento)

O documento não foi sujeito a votação. -----

9º. Ponto – Proposta de Contrato Interadministrativo entre o Município de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila; Nossa Senhora do Bispo e Silveiras - Requalificação do Parque Infantil da Escola Básica de S. João de Deus -----

Amu

Interveio o Senhor Presidente da Câmara referindo que a presente proposta de Contrato com a União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras terá uma comparticipação financeira de 100% por parte do município, tendo sido apresentada e aprovada, por unanimidade, em reunião de Câmara Municipal do passado dia 5 de fevereiro de 2025. -----

Não havendo nenhum pedido para uso da palavra, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento a apreciação. -----

Deliberação: Aprovada por unanimidade. -----

10º. Ponto – Proposta de Contrato Interadministrativo entre o Município de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia de Foros de Vale de Figueira - Requalificação do Parque Infantil da Escola Básica de Foros de Vale de Figueira -----

Neste ponto, o Senhor Presidente da Câmara esclareceu que a proposta apresentada diz respeito a um protocolo a estabelecer com a Junta de Freguesia de Foros de Vale de Figueira para efeitos de requalificação do Parque Infantil da Escola Básica de Foros de Vale de Figueira e que a comparticipação financeira será pela totalidade do valor da obra. -----

Não havendo nenhum pedido de esclarecimentos, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento a votação de seguida. -----

Deliberação: Aprovada por unanimidade. -----

11º. Ponto – Proposta de Contrato Interadministrativo entre o Município de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre - Requalificação do espaço de jogo e recreio de Cortiçadas de Lavre -----

Relativamente a este documento, o Senhor Presidente interveio afirmando que se apresenta para apreciação da Assembleia Municipal uma proposta de Contrato Interadministrativo, a estabelecer com a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre para requalificação do espaço de jogo e recreio de Cortiçadas de Lavre. À semelhança dos anteriores, também será comparticipado pelo Município a 100%. -----

Por não haver qualquer pedido para uso da palavra, a Sra. Presidente da Assembleia Municipal colocou, de imediato, o documento a votação. -----

Deliberação: Aprovada por unanimidade. -----

12º. Ponto – Proposta de Contrato Interadministrativo entre o Município de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre - Substituição da porta da Escola Básica de Lavre -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara esclarecendo que se trata de um Protocolo a estabelecer com a União de Freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre com o objetivo de realizar a substituição de porta na Escola Básica de Lavre, o qual será também comparticipado a 100% pelo Município. -----

Não havendo qualquer pedido para uso da palavra, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou, de imediato, o documento a votação. -----

Deliberação: Aprovada por unanimidade. -----

13º. Ponto – Proposta de Contrato Interadministrativo entre o Município de

Quinn

Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras - Aquisição de equipamentos para climatização das salas do quadro de segurança, informática e bastidor do Centro de Saúde de Montemor-o-Novo -----

Sobre a presente proposta, o Senhor Presidente da Câmara salientou que o presente Protocolo é referente à aquisição de equipamentos para climatização das salas do quadro de segurança, informática e bastidor no Centro de Saúde de Montemor-o-Novo. Será estabelecido com a União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras e a comparticipação será da totalidade da verba. -----

Por não haver nenhum pedido para uso da palavra, a Senhora Presidente colocou a proposta a votação. -----

Deliberação: Aprovada por unanimidade. -----

14º. Ponto – Proposta de Contrato Interadministrativo entre o Município de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia do Cíborro – Melhoramento na drenagem de águas pluviais na Rua da Azinhaga do Cortiço, no Cíborro -----

Interveio o Senhor Presidente da Câmara Municipal afirmando que neste ponto se apresenta a apreciação uma proposta de protocolo a estabelecer com a Junta de Freguesia do Cíborro para uma intervenção de melhoramento na drenagem de águas pluviais na Rua da Azinhaga do Cortiço, no Cíborro. A comparticipação do Município corresponderá a 100% do valor dos materiais utilizados. -----

Por não haver qualquer pedido de uso da palavra, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento a votação. -----

Deliberação: Aprovada por unanimidade. -----

15º. Ponto - Proposta de pagamento de Transportes Escolares – Ano Letivo 2024-25 (1º Período) / Junta de Freguesia de Cabrela -----

No que respeita a esta proposta, o Senhor Presidente da Câmara esclareceu que diz respeito ao pagamento de transportes escolares, do ano letivo de 2024-2025, relativamente ao primeiro período à Junta de Freguesia de Cabrela. Frisou que apesar de existir uma verba prevista, verificou-se a necessidade deste reforço no montante de 2.109 euros. -----

Não havendo qualquer pedido para intervenções, a Senhora Presidente da Assembleia colocou, de imediato, o documento a votação. -----

Deliberação: Aprovada por unanimidade. -----

16º. Ponto - Proposta de pagamento de Refeições Escolares – Ano Letivo 2023-24 (3º Período) + Ano Letivo 2024-25 (1º Período) / União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras -----

Retomou a palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal afirmando que se apresenta neste ponto uma proposta de reforço do compromisso semelhante à anterior, a estabelecer com a União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras. -----

Por não haver nenhum pedido para uso da palavra o documento foi colocado à votação pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal. -----

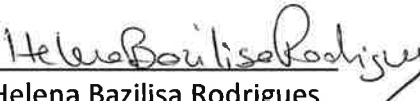
Deliberação: Aprovada por unanimidade. -----

17º Ponto - Informação da Atividade da Câmara Municipal -----
Neste ponto o Senhor Presidente da Câmara manifestou a sua total disponibilidade para prestar os esclarecimentos que julguem necessário colocar. -----
Não havendo outros pedidos para uso da palavra, a mesa procedeu, de seguida à leitura da Minuta da ata, ao abrigo do número três do artigo quinquagésimo sétimo da lei número setenta e cinco, barra dois mil e treze, de doze de setembro, na sua atual redação, a qual foi aprovada por unanimidade. -----
A Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu novamente a palavra ao público, não tendo havido qualquer intervenção. -----
Não havendo mais assuntos a tratar, foi encerrada a sessão pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal, eram vinte e três horas e vinte e quatro minutos do dia vinte e oito de fevereiro de dois mil e vinte e cinco.-----
E eu, Helena Bazilisa Rodrigues, Assistente Técnica, funcionária designada para o efeito, a redigi e subscrevo. -----

A Presidente da Assembleia Municipal


Carmen de Jesus Geraldo Carvalheira

A Assistente Técnica


Helena Bazilisa Rodrigues